



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640259 - SP (2021/0014265-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MARIANA CRISTINA ZAPPAROLI
ADVOGADO : MARIANA CRISTINA ZAPPAROLI - SP359519
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO BATISTA SOBRINHO NETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOÃO BATISTA SOBRINHO NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC N. 2283232-91.2020.8.26.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, em virtude de ter sido apanhado na posse de 32 quilos de maconha.

Afirma a impetração encontrar-se o paciente submetido a constrangimento ilegal, porquanto a prisão cautelar, na espécie, não estaria arrimada em elementos concretos dos autos, nem teria demonstrado os requisitos do art. 312 do CPP, ainda mais porque é o paciente portador de bons predicados pessoais.

Aduz que em tempos de pandemia de COVID-19 é temerário manter o paciente no cárcere, em condições de superlotação e de precária higiene.

O impetrante requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano, ausente na espécie, pois fixou o acórdão atacado que o encarceramento cautelar está fundamentado na gravidade concreta da conduta.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou teratologia ou flagrante ilegalidade na decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 58):

Por fim, mesmo a invocação da pandemia e da Recomendação 62 do CNJ não muda referida convicção, já que a Portaria Interministerial nº 07 de 18 de março de 2020 impõe providências aparentemente suficientes à contenção da pandemia no sistema prisional, as quais,

diga-se de passagem parecem estar sendo adotadas a contento, como se pode verificar da mensagem encaminhada no dia 8/04/2020 pelo Exmo. Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, Nivaldo Cesar Restivo, ao Exmo. Corregedor Geral da Justiça, da qual extraímos que no âmbito do sistema estão sendo adotadas providências que até o momento tem poupado a massa carcerária da temida contaminação em escala maior ou mais grave do que a que se observa fora do sistema.

E o fato de o paciente já ter tido um infarto meses atrás também não constitui empecilho a que fique preso por necessidade de resguardo da ordem pública, cabendo observar, inclusive, que tal condição não o torna mais vulnerável diante da pandemia e não é incompatível com acompanhamento na unidade prisional.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, o pedido de liminar se confunde com o próprio mérito da impetração. Deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência